

Eduardo Pitta

# Um Rapaz a Arder

Memórias 1975-2001



QUETZAL série língua comum | Eduardo Pitta

1

# Próspero & Caliban





DEIXEI MOÇAMBIQUE NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 1975. Tinha 26 anos. Nesse sábado, em Lisboa, o Governo mandou dinamitar os emissores da Rádio Renascença, controlada pela extrema-esquerda. Do aeroporto da Portela fui diretamente para o Estoril, para casa do nosso amigo José António Brito (uma amizade que a guerra selou), onde vivi dois meses até mudar para Cascais. No dia seguinte, jantando em casa dos pais do Jorge, meus futuros sogros<sup>1</sup>, segui pela televisão a *manif* do Terreiro do Paço em que o almirante Pinheiro de Azevedo, primeiro-ministro do VI Governo Provisório<sup>2</sup>, interrompido no seu discurso pelo rebentamento de duas granadas, exclamou: «É só fumaça! O povo é sereno!» O PREC<sup>3</sup> estava no auge. Depois da invasão e saque da Embaixada de Espanha<sup>4</sup>, o céu era o limite.

Na tarde de 12 de Novembro deu-se o cerco à Constituinte. Durante vinte horas, operários da cintura industrial de Lisboa impediram a entrada e saída de deputados e funcionários. No hemiciclo havia dois deputados-poetas: Sophia de Mello Breyner Andresen e Manuel Gusmão, eleitos nas listas do PS e do PCP. Só no dia seguinte, passava do meio-dia, o cerco foi levantado.

Com a inconsciência típica do *outsider*, fui nessa tarde ao Pestana & Brito comprar roupa adequada ao Inverno. O P&B ocupava o espaço que é hoje do Louis Vuitton, na esquina da Avenida da Liberdade com a Rua Manuel de Jesus Coelho. No regresso ao Estoril, mesmo em carruagem de primeira classe, os sacos da loja foram olhados com perplexidade. Afinal, grande parte dos clientes P&B fugira para Espanha ou para o Brasil. E os que ficaram não andavam de comboio.

Ao contrário de Angola, onde três partidos<sup>5</sup> disputavam pelas armas o poder, a independência de Moçambique deu-se sem sobressalto de maior. Os opositores negros de Samora Machel nada puderam. Na sua maioria dissidentes da Frelimo, tinham fundado partidos sem expressão popular.<sup>6</sup> Os mais conhecidos eram Afonso Dhlakama, futuro líder da Renamo; Domingos Arouca, um conhecido advogado; Lázaro Kavandame, que em 1965 foi convidado a depor perante o comité de descolonização das Nações Unidas; Joana Simão, o padre Mateus Gwengere, Júlio Razão Nihia, Paulo Gumane e Uria Simango, um influente pastor presbiteriano.

Destes oito, apenas Dhlakama e Arouca não foram executados a seguir à independência.<sup>7</sup>

Dhlakama refugiou-se na Rodésia, actual Zimbabwe. E Domingos Arouca veio para Portugal, onde viveu até 1997, ano em que regressou a Moçambique. Arouca gozava da fama de ter sido o primeiro negro a exercer advocacia em Lourenço Marques, mas isso não corresponde à verdade. O *palmarès* pertence a Karel Pott, filho do cônsul holandês e de mãe moçambicana. Fosse como fosse, Arouca era desde os anos 60 um opositor declarado.

Do ponto de vista das expectativas individuais, o 25 de Abril dividiu a população branca em dois grandes grupos:

os que queriam a independência branca, como na Rodésia de Ian Smith; e os que queriam a independência sob tutela da Frelimo. Entalado entre os dois, sem expressão numérica relevante, o núcleo dos que acreditavam numa solução de compromisso, com exclusão das teses federalistas. Era o meu caso. A ilusão durou pouco.

A tentativa de secessão branca de 7 de Setembro de 1974 foi um episódio tenebroso com ramificações nunca devidamente esclarecidas.

Nesse sábado foi assinado em Lusaca o acordo que definiu os termos e condições da independência de Moçambique, tendo Mário Soares e Samora Machel como principais signatários. Assim que o facto foi divulgado, um grupo de antigos colonos reunidos no denominado Movimento de Moçambique Livre ocupou as instalações do Rádio Clube e fechou o aeroporto da cidade. Eram seis da tarde. Fiz alguns telefonemas e percebi que a situação era muito grave. Horas antes, um grupo de insurrectos tinha invadido a penitenciária e libertado os pides.

A situação ficou fora de controlo. Jornais pró-independência, como o *Notícias* e *A Tribuna*, foram tomados de assalto, o mesmo acontecendo às instalações da Associação Académica. O *Diário* foi o único jornal que saiu no domingo. Entre alusões patrióticas e recados aos «vendilhões de feira» (o alvo era Soares), apoiava a secessão. Os Democratas de Moçambique, cujo *bureau* fora destruído, deixaram as suas casas no Sommerschield e na Polana e foram refugiar-se no Caniço. Rui Knopfli foi para casa de José Craveirinha. Os transportes públicos deixaram de circular, grande parte dos restaurantes encerrou e, durante quatro dias, os cinemas não funcionaram.

O Movimento de Moçambique Livre confiava no apoio do Presidente da República, mas Spínola não abriu a boca.

E contava também com Jorge Jardim<sup>8</sup>, mas o ideólogo do federalismo desapareceu de cena. Apesar do apoio da BOSS, a polícia política sul-africana, o golpe não teve repercussão noutras cidades de Moçambique, nem sequer na Beira, feudo de Jorge Jardim. Mesmo assim, o MML galvanizou os sectores mais reaccionários de Lourenço Marques.

A cidade mergulhou num caos sem precedentes. Enquanto a tranqüibérnia durou, não me atrevi a ir mais longe que o Parque José Cabral<sup>9</sup>, a cem metros de minha casa. O Jorge estava retido em Boane, na escola de oficiais milicianos.

Os rostos visíveis do MML eram Manuel Gomes dos Santos, o «locutor Manuel»; Victor Hugo Vellez Grilo, dirigente do PCP até às purgas de 1940 (vivia em Lourenço Marques desde 1942); Gonçalo Mesquitela, líder da direita, vogal do Conselho Ultramarino e deputado à Assembleia Nacional; Arlindo Malosso, Vasco Cardiga, Vasco Ferreira Pinto, Pires Moreira e o comandante de milícias Daniel Roxo.<sup>10</sup>

Uma companhia de comandos oriunda do Niassa reabriu o aeroporto e desocupou o Rádio Clube na tarde do dia 10. Soube-se que a *opera buffa* tinha acabado quando as arengas de Gomes dos Santos e Vellez Grilo foram substituídas pelo grito «Galo, galo, galo. Amanheceu. Galo, amanheceu».

Para uns, a senha da Frelimo visava apaziguar o Caniço. Para outros foi o tiro de partida da desforra que se manifestou de forma assaz violenta nas vilas da Machava e da Matola. Parte significativa da população branca via esboroar-se o sonho de uma secessão de perfil rodesiano<sup>11</sup>. O êxodo foi imediato. Entre os dias 10 e 12, as autoridades da África do Sul e da Suazilândia facilitaram a passagem de mais de cinquenta mil brancos, a maioria sem passaporte. Muitos regressaram ao fim de semanas.

No dia 12 chegou o almirante Vítor Crespo, investido pelo MFA como alto-comissário português.

No dia 20, nove meses antes da independência, tomou posse o Governo de transição. Joaquim Chissano tornou-se primeiro-ministro. Vasco Soares de Melo, o último governador-geral (nomeado pelo MFA contra a vontade dos Democratas de Moçambique), entregou as chaves do Palácio da Ponta Vermelha aos homens da Frelimo. Crespo fazia as vezes de embaixador *avant la lettre*.

Moçambique tornou-se independente no dia 25 de Junho de 1975.

Na véspera não fui trabalhar. Era terça-feira mas deve ter havido tolerância de ponto. A época fria tinha começado e o tempo mantinha-se luminoso. Em Moçambique, o Inverno é seco. As chuvas chegam em Janeiro e Fevereiro, quando a temperatura sobe.

O jantar foi servido à hora do costume. Para surpresa de minha mãe, não acompanhei o Jorge à cerimónia que teve início no Estádio da Machava ao minuto zero do dia 25. Estavam lá muitos filhos da burguesia dourada, gente que não tinha sujado as mãos na guerra, preferindo viver *anestesiada* em Oslo ou Estocolmo. Alguns ficaram. A maioria regressou no primeiro avião ao borralho escandinavo.

Deitei-me cedo e lembro-me de acordar de madrugada com o estampido das balas de jubilação. A Frelimo tinha acabado de instaurar o regime de partido único.

Naquele momento, alguns amigos que tinham celebrado a queda de Saigão<sup>12</sup> como o advento de um mundo novo, gozavam as amenidades de Cape Town como lídimos herdeiros de Cecil Rhodes<sup>13</sup>. Eu lia Alan Watts e queria acreditar num futuro que nunca chegou.

Nos termos da Constituição, tornara-me cidadão moçambicano.

A ideia de ser cidadão de uma república popular<sup>14</sup> era um absurdo. Assim que a lei permitiu, o que aconteceu em Agosto, renunciei à nacionalidade que me fora imposta. A certidão de nascimento esclarece: «Perdeu a nacionalidade moçambicana, em 27 de Agosto de 1975.»

Tornara-me cidadão estrangeiro. *Hélas!*

Efeito prático: o comité de trabalhadores do Instituto de Crédito de Moçambique, a cujo quadro pertencia, viu-se impedido de preencher os meus fins-de-semana com tarefas ao serviço do Povo. Em nome do decoro e da higiene abstenho-me de ilustrar a natureza de tais tarefas.

Entre o dia da independência e o feriado de 24 de Julho tudo pareceu normal. A tal ponto que mantive o hábito de tomar chá no *lounge* do Hotel Polana com a minha amiga Maria Leonor Corrêa de Matos, mais conhecida por Pi<sup>15</sup>. Num desses encontros conheci Helder Macedo, que tinha vindo de Londres assistir em directo ao *Nascimento de Uma Nação...* Julgo ter ouvido Griffith a dar pulos na cova.

Nos círculos da *intelligentsia*, a Pi era das raras pessoas que mantinham uma atitude de grande cepticismo face ao evoluir da situação.

Não tinha confiança nos novos senhores e menos ainda nos Democratas de Moçambique, uma espécie de MDP/CDE<sup>16</sup> da Frelimo. Enquanto grupo de pressão, os Democratas de Moçambique constituíram-se à pressa em Maio de 1974, durante um plenário realizado na Associação dos Naturais de Moçambique. Tinha como prioridade servir de contrapeso e ultrapassar pela esquerda a oposição tradicional. Foram seus fundadores o enfermeiro Abner Sansão Mutemba, o engenheiro Álvaro Carmo Vaz, o economista Mário da Graça Machungo e o advogado Ruy Baltazar<sup>17</sup>.

A oposição tradicional era constituída por gente de diversa filiação, desde marxistas ortodoxos a sociais-democratas. Denominador comum, o ódio a Salazar e um fundo desprezo pelo Estado Novo e a tibieza de Marcello Caetano.

O núcleo duro da oposição tradicional era formado por seis advogados: Almeida Santos, Antero Sobral, Carlos Adrião Rodrigues, Filipe Ferreira, José Santa-Rita e Vasco Soares de Melo. Um *dream team* com grande visibilidade na opinião pública, sobretudo a partir de 1962, ano em que o julgamento colectivo de vários nacionalistas ampliou a questão independentista.

Além deles, a história não poderá ignorar o contributo de D. Sebastião Soares de Resende, bispo da Beira. E também dos poetas José Craveirinha, Rui Knopfli e Sebastião Alba; do arquitecto Amâncio d'Alpoim Miranda Guedes, mais conhecido por Pancho; dos artistas plásticos António Quadros (*i.e.*, João Pedro Grabato Dias), Dana Michaelles, Garizo do Carmo, Malangatana Ngwenya, Roberto Chichorro, Teresa Roza d'Oliveira e Zeca Mealha; do escultor Alberto Chissano; dos escritores Ascêncio de Freitas, Eugénio Lisboa e Luís Bernardo Honwana; dos historiadores Alexandre Lobato e Ilídio Rocha; dos jornalistas Areosa Pena, Fernando Couto<sup>18</sup> e Rui Cartaxana; do professor de Filosofia Firmiano Cansado Gonçalves, dirigente do PCP até ser deportado para Moçambique nos anos 30; e, *last but not least*, de Ruth Garcês, minha professora de Francês e primeira mulher a exercer em Portugal o cargo de juiz. (Num tempo em que professores do secundário chamavam maricas aos alunos, e não o faziam na galhofa, e os alunos não podiam queixar-se deles, Ruth Garcês foi capaz de dizer ao miúdo de 13 anos que eu era que não havia nada de errado no meu comportamento.) Mais nome menos nome, era esta a oposição tradicional ao regime. Quase todos deixaram Moçambique

a seguir à independência. A meia dúzia que não saiu ficou refém dos *sans-culottes*, perdão, dos Democratas de Moçambique.

Excluo do inventário os exilados que viviam em Estocolmo, Copenhaga, Londres, Paris, Roma ou Dar es-Salaam<sup>19</sup>.

O teatro amador teve uma importância decisiva na resistência. Dois grupos se destacaram: o TALM<sup>20</sup> e o TEUM<sup>21</sup>, beneficiando ambos do apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, que a partir de 1960 patrocinou o trabalho de encenadores profissionais. Entre outros, recorro Augusto Sobral, Carlos Cabral, Fernando Gusmão, José Peixoto, Mário Barradas e Norberto Barroca. O Norberto foi para lá como arquitecto, integrado num projecto de requalificação do Caniço, mas depois entrou no programa da Gulbenkian<sup>22</sup>.

Peças proibidas em Portugal foram representadas em Lourenço Marques. Pude ver Albee, Brecht, Cervantes, Dorst, Frisch — guardo especial recordação de *Biedermann e os Incendiários* —, Ghelderode, Giraudoux, Ionesco, Lorca, Mrozek, O'Casey, etc., sem esquecer os portugueses Branquinho da Fonseca e Luís de Sttau Monteiro. Fernando Mora Ramos e Rogério Vieira eram dois actores em ascensão. Sou amigo do Rogério, que veio para Lisboa logo em 1975, trabalhando durante vinte e dois anos (1976-1998) no Teatro da Cornucópia.

Havia ainda o Cineclubes, dirigido por Carlos Adrião Rodrigues. A maioria dos filmes proibidos pela PIDE eram exibidos no Cineclubes. Doses maciças de cinema francês: Bresson, Chabrol, Demy, Godard, Renoir, Resnais (como amei *L'Année dernière à Marienbad*, filme de 1961 que terei visto em 1968 ou 69), Rivette, Rohmer (entre todos o meu preferido), Pialat, Tati, Truffaut, Vadim e outros. Mas também cinema inglês da fase Pinewood, os americanos sob suspeita do comité McCarthy e, claro, os italianos que andavam a perturbar as boas consciências, sobretudo Antonioni e Pasolini.

A imprensa acolhia polémicas, como aquela, muito azeda — a pretexto de *Il Deserto Rosso* (1964), de Antonioni —, que opôs o Rui Knopfli aos seus detractores.

Contrariando a linha dominante nos jornais de grande circulação, *A Voz de Moçambique* era uma tribuna livre dos interesses económicos, que o mesmo é dizer, independente do Banco Nacional Ultramarino. Publicava-se a cada três semanas, quando a extensão dos cortes da censura não inviabilizava a saída. A página de Artes & Letras era muito boa, graças à triagem de Eugénio Lisboa, Carlos Adrião Rodrigues e Rui Knopfli. A partir de 1973 também lá publiquei poemas.

Isto para dizer que havia muitas moradas no céu da luta anticolonial.

Foi contra a influência dessa oposição que os Democratas de Moçambique se constituíram. A passagem do tempo e a simplificação da história meteram tudo no mesmo saco: oposição tradicional e Democratas. A manobra serve aos dois lados. A direita pode chamar traidores a todos os críticos do colonialismo e os Democratas viram *nobilitada* a sua matriz fundadora.

A muleta da Universidade de Lourenço Marques<sup>23</sup> foi decisiva na aceitação dos Democratas junto da opinião pública, porque a universidade era desde 1962 um foco de apoio à Frelimo e aquelas centenas de rapazes e raparigas eram a garantia do futuro que para muitos não chegou. Recordo com nitidez o entusiasmo com que Jorge de Sena foi ouvido na conferência que fez em Julho de 1972 no auditório da Faculdade de Medicina. E quem fosse ao Tico Tico, a muito animada cervejaria que servia de extensão à Associação Académica, percebia logo que aquilo era o covil do revirvalho júnior.

Fui lá muitas noites encontrar-me com o Américo Rola Pereira, mas os nossos interesses, naquele exacto local, não

tinham nada a ver com os amanhã que cantam. A itinerância dos corpos também era um acto de resistência:

«O móbil era outro  
mas foste capaz  
de correr comigo  
atrás da loucura  
mais vertiginosa.»<sup>24</sup>

O cepticismo da Pi tinha toda a razão de ser porque ela (ela e milhares de anónimos) fora uma vítima directa das atrocidades do fatídico 21 de Outubro de 1974.

O 21 de Outubro de 1974 foi uma acção de *agitprop* pensada ao milímetro. Nesse dia, à hora do almoço, a população branca de Lourenço Marques foi alertada para o iminente avanço da população negra sobre os bairros residenciais da cidade alta. À população negra foi dito o contrário: os brancos iam invadir o Caniço.

Correram duas versões do mesmo boato:

a) Um grupo de comandos portugueses teria queimado uma bandeira da Frelimo junto ao Café Scala, na principal avenida da Baixa;

b) Um grupo de frelimistas teria queimado uma bandeira portuguesa no Caniço.

Em consequência, metade da cidade correu em sentido contrário ao da outra. Assim que teve conhecimento do que estava a passar-se, a Pi dispensou o pessoal e preparou-se para regressar a casa no MG amarelo e descapotável que usava todos os dias. Ficando o Instituto de Investigação Científica perto do aeroporto, para ir dali à Polana era preciso subir a Avenida Craveiro Lopes<sup>25</sup>, que corta o Caniço em dois. Deitada numa barricada a meio do percurso, o carro incendiado,

sequestrada durante horas, só no dia seguinte entrou em casa, no edifício Leão Que Ri<sup>26</sup>. A tragédia sabe ser irónica.

Desconhecendo o que se passava do outro lado da cidade, eu e o Jorge fomos para o Djambu, o café da *downtown* onde nos reuníamos com amigos. Mas por volta das cinco da tarde tivemos de abrigar-nos do fogo cruzado. Nas duas horas que durou o tiroteio, o pânico generalizou-se.

Assim que pudemos, fizemos a pé o trajecto entre o Djambu e a minha casa (o equivalente a ir do Terreiro do Paço ao Campo Grande), na Avenida Couceiro da Costa<sup>27</sup>, junto à esquina da Massano de Amorim<sup>28</sup>. Minha mãe esperava por nós na varanda, tentando aparentar calma.

Chegada a noite, um vento de insânia varreu os bairros da periferia e todas as povoações num raio de vinte quilómetros.<sup>29</sup> Por *vento de insânia* entenda-se casas pilhadas e incendiadas, mulheres violadas, crianças brancas penduradas em ganchos de talho, negros esquartejados, corpos decapitados, etc. O número de mortos nunca foi oficialmente divulgado. A imprensa afecta à Frelimo falou de cem. Profissionais no terreno terão identificado para cima de dois mil. Nos bairros residenciais situados a leste da Avenida Manuel de Arriaga<sup>30</sup>, como eram a Maxaquene, a Ponta Vermelha, a Polana e o Sommerschild, nada sucedeu.

Como aconteceu no 7 de Setembro, chegaram aos hospitais e às morgues corpos de jovens brancos pintados de negro (rapazes e raparigas). O aeroporto foi encerrado, mas as fronteiras com a África do Sul e a Suazilândia mantiveram-se abertas durante toda a noite. Vítor Crespo, o alto-comissário português, não deu sinais de perturbação.

Na manhã seguinte soubemos o que tinha acontecido à Pi.

Foi na ressaca dessa turbulência que saiu o meu primeiro livro, *Sílaba a Sílabas*.<sup>31</sup> Com nota introdutória de Eugénio Lisboa, chegou às livrarias no dia 4 de Novembro, um ano antes da minha saída de Moçambique. Não houve lançamento. Mas a Livraria Académica fez duas montras alusivas. Com título e gravura impressa em resina pérola, a capa de Teresa Roza d'Oliveira era diferente do que era de uso fazer-se.

Para celebrar, fui com o Jorge jantar ao Kalifa. A noite acabou no bar do Sheik, onde juntei um pequeno grupo de amigos. Um deles, Nazir I., apareceu vestido com um rico sari em seda vermelha com pavões dourados. O pai era um próspero negociante a quem a identidade sexual do filho era indiferente. Fora do nosso grupo, creio que ninguém percebeu que aquela indiana extremamente elegante era um rapaz que tinha sido desmobilizado do exército há poucos meses.

De Nova Iorque, onde participava como adido de imprensa (da delegação portuguesa) na assembleia-geral das Nações Unidas que tinha em agenda a independência das colónias, Rui Knopfli mandou um postal a dar os parabéns. Afinal, a ideia de uma colecção de poesia editada pela Livraria Académica tinha sido sua.

O editor enviou exemplares para Lisboa, pois foram publicadas duas recensões, uma no *Expresso*, assinada por Pedro Tamen («uma voz importante»), outra na *Vida Mundial*, assinada por Luís de Miranda Rocha («rigoroso recorte verbal»). Não os conhecia, embora Tamen tivesse estado em Moçambique como militar. O autor de *Daniel na Cova dos Leões* (1970) fez duas comissões de serviço, a primeira em Nampula, a segunda no quartel-general, em Lourenço Marques.

A imprensa local foi pródiga. Um exemplo:

«Deixando para trás as inocências enganadoras e revelando-nos uma linguagem de inspiração temporal, o poeta dá-nos notícia de dias em ruína.»<sup>32</sup>

Desde 1877 que o 24 de Julho é o dia da cidade.

A data celebra a sentença do marechal francês Mac-Mahon<sup>33</sup>, que em 24 de Julho de 1875 arbitrou a favor de Portugal, contra a Grã-Bretanha, a posse da baía de Lourenço Marques, denominada «Delagoa Bay». Em 1975 cumpriu-se o centenário. Machel aproveitou a data para virar tudo do avesso.

Discursando durante várias horas, decretou o fim da propriedade privada. Terra, habitação, actividades económicas, transportes, saúde, educação, *media*, agricultura, indústria, etc., passou tudo para a Frelimo. Assim que acabou de falar, consultórios médicos, escritórios de advogados, colégios e pequenas oficinas foram alvo de buscas. Um médico amigo teve dificuldade em justificar a posse de luvas de latex e um estetoscópio. No dia seguinte estava em Joanesburgo.

Nesse dia decidimos deixar Moçambique. Com os aviões lotados até ao fim de Outubro, combinou-se que o Jorge viria a 3 de Novembro e eu mais minha mãe a 26 de Janeiro de 1976.

Sem surpresa, vi frelimistas de cepa partir apressadamente. Quase todos atravessaram a fronteira da Suazilândia a salto. Os pais e o irmão do Jorge, que tinham regressado a Portugal em Maio, não assistiram à *débâcle*.

Dos amigos mais chegados, só a Pi e o Eugénio Lisboa continuavam na cidade. O Eugénio por causa dos petróleos, a Pi por causa do Museu de História Natural<sup>34</sup>, que estava sob tutela do Instituto de Investigação Científica. Enfim,

meu pai também (e continuou até morrer), mas meu pai não fazia parte do meu quotidiano. A despedida foi feita por telefone.

De repente, dezenas de amigos foram *sugados* num vórtice: Edith Arvelos, Vanda Del Re, Sónia Lavinhas, Ivânia Gallo, Maria Manuel Craveiro Lopes, Teresa Roza d'Oliveira, Lourenço de Carvalho, Américo Rola Pereira, Vítor Matos, Filipe Braamcamp de Mancelos, Carlos Perdiz, José António Rosa, Xandu Moreira, Gracinha Silva, Santiago Duran, Zeca Rebola, Ula Haensell<sup>35</sup>, Manuela Arraiano, Roberto Cordeiro, Niza Paiva, Mário José Pereira, Walter Pinguinhas, Viriato Henriques, Irene Gil<sup>36</sup> e tantos mais. Os que tinham saído antes da independência, como o Guilherme de Melo, o José Luís Bastos Pinto ou o Noel Cunha, sabia onde estavam. Desaparecer de cena era diferente. Pessoas amigas ou conhecidas deixaram de aparecer nos sítios do costume, os telefones emudeceram, as festas cessaram, uma estranha apatia tomou conta da cidade.

Há um filme de Marguerite Duras que ilustra como nenhum outro esse vazio. Quem viu *Son Nom de Venise dans Calcutta Désert*, obra-prima de 1976, sabe do que falo. O salão e o rumor da música e das vozes e dos risos estão lá. As pessoas não.

Graça Machel reconheceria mais tarde, quando era já senhora Mandela, que a intimidação dos portugueses tinha sido um acto deliberado para nos afastar de vez. Isso explica as prisões em massa efectuadas na noite de 30 de Outubro de 1975.

Nesse dia, a partir das dez da noite, foram presas todas as pessoas não identificadas encontradas na rua, em transportes públicos, cinemas, cafés, bares, restaurantes e clubes nocturnos (e só na Rua Araújo havia meia dúzia). Eu fazia parte dos que não tinham consigo o bilhete de identidade.

Fui preso junto ao Hotel Clube, o belo edifício de 1898 onde hoje funciona o Centro Cultural Francês. Ia a caminho de casa com o Jorge quando fui interpelado por uma patrulha. Levaram-me para o campo de treino de cães da polícia, perto do zoo, onde permaneci durante catorze horas. (E só esse tempo porque minha mãe bateu às portas certas.) Eu e milhares como eu. Por estar documentado, o Jorge foi deixado em paz. Avisou minha mãe e ambos passaram a noite a tentar resolver a situação.

Enquanto estive sob «custódia», pude observar a seguinte triagem: um indivíduo branco<sup>37</sup> mandava separar os rapazes de cabelo comprido e as raparigas de saia curta. Não sei o que lhes aconteceu ou o que poderia ter-me acontecido.

Era inútil contar com a protecção da Embaixada de Portugal. O primeiro embaixador português a seguir à independência era um indivíduo preocupado em agradar à Frelimo. A minha partida teve de ser antecipada, o que implicou persuadir a TAP (a reserva era para Janeiro) a trocar o bilhete. Havia que obter documentação de vária índole e escolher cem livros para trazer. Cem livros era o limite autorizado, sendo proibidas obras científicas, conceito que incluía dicionários e enciclopédias. O lote misturava livros de Knopfli, Cesariny, Sophia, Herberto (os dois volumes prateados de *Poesia Toda*, que a Plátano editou em 1973), Kavafis, ainda grafado como Cavafy, Luiza, Camus, Le Carré, McCarthy, Sttau Monteiro, Natália, Sartre, Malraux, Urbano, O'Neill, Laclos, Sá-Carneiro, Sena, Pessoa, Cardoso Pires, Maupassant, Dostoiévski, Troyat, James, Conrad, Lispector, Beauvoir (o primeiro volume das memórias), Peyrefitte, Tolstói, Verissimo, um volume com três peças de Beckett<sup>38</sup>, Reinaldo, McCullers, Woolf, o Eça inteiro e, claro, *Crónica dos Anos da Peste* de Eugénio Lisboa. Nos dois meses e meio em

que lá permaneceu depois da minha partida, a mãe expediu por correio vários pacotes com vinte livros cada.

Como previsto, o Jorge partiu no dia 3 de Novembro. Pasolini tinha sido brutalmente assassinado na véspera, mas creio que só em Lisboa tive conhecimento do facto. A imprensa local estava mais interessada em cinema chinês. No Scala, Li Moran era tão famoso como John Wayne.

Na semana derradeira fui à Duques de Connaught<sup>39</sup> despedir-me da Antonieta e do Eugénio Lisboa, jantei com a Pi no Comodoro e, no dia 8, estava dentro de um avião da TAP a caminho de Lisboa.

A partida foi atrasada pela chegada das delegações que iam participar na cimeira dos Estados da Linha da Frente.<sup>40</sup> Enquanto Agostinho Neto não chegou a Mavalane, o espaço aéreo esteve encerrado. Com os guerrilheiros da FNLA prestes a tomar Luanda, a independência de Angola, marcada para dali a três dias, estava em risco.

Já dentro do avião vi entrar dois soldados da Frelimo que ali mesmo deram ordem de prisão a um casal acusado de pertencer às Testemunhas de Jeová. Por fim, partimos. Impedido de escalar Luanda, o avião foi reabastecido em Libreville, no Gabão. Às onze da noite, reencontrei-me com o Jorge no aeroporto de Lisboa. Era o primeiro dia do resto da nossa vida.

Desde 1963, ainda no tempo de Eduardo Mondlane<sup>41</sup>, a Frelimo mantinha na Tanzânia os denominados «campos de reeducação». Os mais conhecidos eram os de Nachingwea e Bagamoyo. No Niassa, em Moçambique, ficava o de Mitelela. Para esses campos foram enviados dezenas de milhares de indivíduos.<sup>42</sup> Por esta ordem: negros, mestiços, brancos e indianos. A comunidade chinesa não foi incomodada. Dois

terços dos detidos enlouqueceram, morreram de fome ou foram executados. O terço que sobrou ficou reduzido a *zombies* que mendigam pelas ruas de Maputo, Nampula e outras cidades. Vim a saber que um vizinho, um miúdo que não teria ainda 20 anos, foi abatido ao tentar fugir do campo onde estava.

O pico das *purgas* deu-se entre 1975 e 1990, época em que o totalitarismo teve rédea solta e ninguém piou.

O historiador e escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho publicou um romance que faz uma aproximação ao tema: *Campo de Trânsito*. Em 2007, quando o livro saiu, a crítica local disse sem se rir que nada tinha a ver com nada. Os bons espíritos não perdem tempo com uma pedra no meio caminho.<sup>43</sup>

Em Portugal, Francisco José Viegas e Francisco Camacho não fugiram à questão. Viegas no romance *Lourenço Marques* (2002, reed. 2012), e Camacho em *Niassa* (2007). Se há mais — estou a falar de literatura, não de reportagem —, ignoro.

A fome generalizada<sup>44</sup> e a emigração de milhões de moçambicanos tinham preocupado as nações vizinhas, mas o Terror passou incólume. E eu gostaria de ter podido perguntar ao Gulamo Khan<sup>45</sup>, meu amigo e adido de imprensa de Machel, o que pensava de tudo isso. Mas o Gulamo foi uma das vítimas do *Tupolev*<sup>46</sup>.

Com a economia paralisada por dezasseis anos (1976-1992) de guerra civil com a Renamo<sup>47</sup>, Moçambique tornou-se o terceiro país mais pobre do mundo, logo a seguir à Etiópia e ao Bangladesh.

Em 1990, quando os Estados Unidos declararam o seu apoio à Frelimo, deixando Dhlakama *pendurado*, o vento mudou. Pondo fim às hostilidades que causaram um milhão de mortos e a fuga de cinco milhões de moçambicanos negros (o número peca por defeito), o acordo de paz assinado

em Roma, em Outubro de 1992, entre a Frelimo e a Renamo, permitiu o lento regresso à normalidade. O Banco Mundial e outras organizações internacionais criaram as condições para que surgisse uma nova classe média.

Como contrapartida da normalização, Joaquim Chissano, o sucessor de Machel, admitiu em Washington, perante uma comissão do Departamento de Estado, a prática de execuções sumárias nos anos 70.<sup>48</sup>

Num encontro em Lisboa, na Sociedade de Geografia, a Pi não se mostrou admirada.